

FINANCIAMENTO DA ECONOMIA CIRCULAR

CONFERÊNCIA 11'04'2016

No dia 11 de abril de 2016 teve lugar no Centro Cultural de Belém a Conferência subordinada ao tema do “Financiamento da Economia Circular”, promovida pelo Ministério do Ambiente com a intenção de promover um debate alargado na sociedade portuguesa sobre oportunidades e desafios associados ao novo paradigma do modelo económico, envolvendo o poder local e os setores público, privado, não-governamental e científico, onde a ESGRA esteve presente.

O programa da conferência foi organizado em torno de três temas: **“Oportunidades e Desafios da Economia Circular no contexto nacional”**; **“Contribuição dos Fundos Europeus para a economia circular”**; **“Apoio à Economia Circular no Portugal 2020”**.

A discussão destes temas contou com a participação de representantes de diversas instituições públicas e privadas, com intervenção nas áreas do ambiente e da economia, tendo contado ainda com a presença dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, nas sessões de abertura, pelo Ministro do Ambiente, e encerramento, pelo Ministro da Economia.

Na sessão de abertura, o Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, destacou a importância do desafio que a economia circular representa, traduzindo-se na transição da economia linear para um novo paradigma baseado na reutilização, reciclagem e redução da produção de resíduos, em estabelecer limites ao consumo e reduzindo o desperdício; na criação de novos modelos de negócio e de emprego, bem como em novas e mais eficientes soluções de produção e consumo.

Destacou o Pacote de Medidas da Comissão Europeia sobre a Economia Circular, assumindo a transição da economia linear para a economia circular como um tema prioritário, e a importância do Plano de Ação com impacto direto nas áreas de investimento; inovação; gestão de resíduos; redução da produção de resíduos e reforço da reutilização e reciclagem, tendo chamado à atenção para as novas metas ambientais até 2030, para a existência de instrumentos de financiamento comunitário, para a fiscalidade verde e plataformas de apoio e criação de sinergias.

Foi apresentado o PACOTE DA ECONOMIA CIRCULAR, por Humberto Rosa, Diretor para o Capital Natural da DG Ambiente da Comissão Europeia. Sobre esta apresentação destaca-se a definição de economia circular como um conceito muito abrangente que cobre toda a economia, indo muito além do ambiente.

A alteração de paradigma da economia linear para a economia circular decorre das limitações da economia linear, tendo em conta a perda de valor dos produtos, a escassez de recursos, bem como o abastecimento instável de matérias-primas e a degradação do ambiente com repercussões nas alterações climáticas. Por outro lado, a União Europeia está muito dependente de matérias-primas importadas, havendo necessidade de alterar o paradigma da economia linear para a economia circular, no sentido de manter o máximo tempo possível o fluxo dos produtos, combatendo o desperdício e ineficácia da sua utilização face à escassez dos recursos naturais na Europa.

Destacaram-se os benefícios da economia circular que permite manter os produtos mais tempo na cadeia de valor, minimizando a produção de resíduos, criando-se novas oportunidades de negócio e benefícios económicos, sociais e ambientais.

Foi apresentado o Plano de Ação da CE, a lista das iniciativas propostas e as propostas de alterações legislativas, em matéria de resíduos, fertilizantes orgânicos, reutilização de águas e eco-design. Este plano de ação está alinhado com as prioridades “Juncker”, na busca de um maior desenvolvimento sustentável. Ao nível do financiamento, foi referido que existe uma dotação de 650 M € destinada a apoiar também, projetos assentes em padrões de qualidade das matérias-primas secundárias.

Na área dos resíduos destacam-se as metas de reciclagem para resíduos urbanos e de embalagens e para a redução da deposição em aterro; medidas para a prevenção de resíduos; fixação de regras mais claras para a reutilização e simplificação sobre os subprodutos; extensão de recolha seletiva de resíduos orgânicos e estabelecimento de requisitos mínimos para a responsabilização alargada do produtor.

O Painel sobre “**Oportunidades e Desafios da Economia Circular no contexto nacional**”, teve como moderador o Prof. Fernando Santana, Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e como participantes: Nuno Lacasta, Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente; Rafael Campos Pereira, Vice-Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, José Carlos Caldeira, Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Inovação, e José Carlos Caldeira, Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Inovação.

Neste painel foram abordadas várias questões, destacando-se a importância da valorização das matérias-primas, a adaptação do setor produtivo no sentido de permitir a separação dos seus produtos constituintes e a importância da inovação nesta matéria.

Foi referida a importância da adoção pela indústria das melhores técnicas disponíveis, sendo necessário alcançar um equilíbrio de harmonização ao nível dos diferentes países a fim de garantir uma efetiva concorrência na UE e fora. Entre outros aspetos, foi também abordada a importância da harmonização legislativa relativa aos fluxos específicos de resíduos. Destacou-se a importância das medidas e metas do PERSU e a sua articulação com as metas do Pacote Economia Circular, devendo haver lugar à reflexão quanto ao grau de concretização por parte dos diferentes países da UE, assumindo-se alguma preocupação relativamente ao cumprimento das metas no caso português. A este propósito foi identificada a necessidade de discutir esta questão no âmbito da CE.

Sem prejuízo da irreversibilidade dos conceitos relativos à “Digitalização da indústria” e da “Economia circular”, existe um conjunto de preocupações que deve ser discutido e que se prende com a adaptação a novas regras face aos investimentos que o setor da indústria tem feito, sendo inquestionável a necessidade de delimitar estes conceitos de forma mais concreta.

Foi igualmente abordada a importância da classificação ou “desclassificação” do conceito de resíduo.

Ainda neste painel foi referida a importância da inovação e de um quadro de incentivos adequado na área da inovação, em especial a necessidade de aproximação do ciclo de transformação do produto e dos resíduos, e uma maior articulação entre entidades públicas e privadas. Foi igualmente dado destaque ao papel que as “start ups” podem desempenhar.

Reiterou-se que a transição para a economia circular implica uma alteração do comportamento da sociedade, no sentido de passar a reutilizar os produtos e evitar o desperdício, o que implica novo desafio ao nível da própria conceção do produto com vista a possibilitar a sua reutilização.

Por último, foi assumida a importância de existir uma plataforma de apoio que permita a discussão sobre o que se pretende com a introdução deste novo paradigma da economia circular, bem como estabelecer atempadamente metas e uma estratégia, a fim de assegurar o investimento necessário e direcionado que permita alcançar os objetivos propostos.

O painel “**Contribuição dos Fundos Europeus para a economia circular**”, teve como moderador Humberto Rosa, Diretor para o Capital Natural da DG Ambiente da Comissão Europeia, e obedeceu à seguinte estrutura de apresentação dos temas:

- Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e Programa Horizonte 2020 - Graça Carvalho, Conselheira Principal para a Ciência, Ensino Superior, Inovação, Energia, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Comissão Europeia;

- Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos - Eberhard Bömcke, Chefe de Unidade Adjunto do Banco Europeu de Investimento;

- Economia Circular – estratégias regional e local - José Maria Tost, Presidente da ACR+ e Presidente da Agência de Resíduos da Catalunha.

Neste painel foram apresentadas as possibilidades de financiamento destinadas à Economia Circular, no âmbito do Programa Quadro de Ciência e Inovação a nível europeu: o Programa Horizonte 2020; a possibilidade de sinergias entre o Programa Horizonte 2020 e os Fundos Estruturais de Investimento (FEI); o Pacote Economia Circular no contexto do Horizonte 2020 e finalmente, o instrumento “Pactos de Inovação” ou “*Innovation Deals*” inspirado no modelo dos “*green deals*”.

Importa destacar o Programa Horizonte 2020, na medida em que cobre todo o ciclo de inovação, nas áreas da ciência e da inovação, sendo a dotação afeta às medidas de financiamento para a inovação na Economia Circular de 650 M€.

Foi igualmente abordado o papel do Banco Europeu de Investimento (BEI) no financiamento da economia circular. O BEI visa colmatar falhas de mercado ou as falhas de financiamento da economia, através, designadamente, do financiamento direto a investidores; de garantias de crédito a intermediários financeiros; de participação de capital; de instrumentos de financiamento (Programa Jessica). Os setores elegíveis incidem nas áreas do desenvolvimento de infraestruturas, pesquisa, educação, saúde, TIC, energia, e destinam-se a permitir o acesso ao financiamento.

Finalmente, foi apresentado o caso da Catalunha, foi feita uma breve descrição da evolução daquela região em matéria de gestão de resíduos, que atualmente apresenta resultados satisfatórios e que resultou da aposta num sistema de recolha seletiva forte, tendo sido o modelo porta-a-porta o mais eficaz, a par da oneração do cidadão através do pagamento de uma taxa de resíduos como estímulo a alteração de comportamento.

O Painel “**Apoio à Economia Circular no Portugal 2020**”, teve como moderador António Costa Dieb, Presidente do Conselho Diretivo para a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e obedeceu à seguinte estrutura de apresentação dos temas:

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - Rui Vinhas da Silva, Presidente da Comissão Diretiva do COMPETE 2020;
- Programa Horizonte 2020 - Paulo Ferrão, Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos - Helena Azevedo, Presidente da Comissão Diretiva do PO SEUR.

Sobre este painel, destaca-se naturalmente o POSEUR que tem objetivos comuns que unem a economia e o ambiente, tratando-se de uma relação win-win. Visa atingir uma maior qualidade do ambiente e sustentabilidade no uso de recursos; tornar a economia mais competitiva e eficiente no seu todo e reduzir o consumo de recursos e deposição em aterro.

Neste sentido enquadra-se nas medidas comunitárias destinadas a aumentar a reutilização de produtos; a reforçar a reciclagem dos materiais de embalagem e a reduzir a deposição em aterro.

Os instrumentos de planeamento para os resíduos urbanos são fundamentalmente o PERSU 2020 e o Plano Nacional de Gestão de Resíduos que procuram atingir uma maior eficiência em toda a cadeia de valor do processo de gestão de resíduos e a redução da deposição de resíduos em aterro.

No âmbito do POSEUR e no que respeita ao tema da economia circular destacam-se os seguintes objetivos temáticos: sustentabilidade e eficiência no uso de recursos; a dimensão energética e a proteção do ambiente e promoção do ambiente e promoção da eficiência na utilização de recursos.

No âmbito deste programa destaca-se a referência ao setor dos resíduos urbanos e os apoios existentes destinados a completar os investimentos anteriores e a necessidade de promover o cumprimento das metas do PERSU.

Para um melhor esclarecimento sobre esta e demais apresentações na Conferência “Financiamento da Economia Circular”, sugere-se a consulta através do seguinte link:

[Apresentações da Conferência Financiamento da Economia Circular](#)

ESGRA, 28.04.2016